

X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

"O controle social das políticas públicas para as mulheres no contexto da pandemia COVID-19"

5ª PRÉ-CONFERÊNCIA – REGIÃO NORTE – SOCIEDADE CIVIL

Data: 13 de maio de 2022

Horário: 18h30 às 21h00

Local: Sesc Londrina Norte - Av. Saul Elkind, 1555 - Conj. Vivi Xavier

Número de participantes: 03

Equipe de apoio SMPM/CMDM: Fernanda Serenário, Elaine Galvão, Meire Moreno

A pré-conferência foi finalizada em torno de 21h00.

Seguem as considerações feitas pelas participantes por meio das tarjetas.

Resumo:

EIXO 1: Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres

Problemas:

- Violência institucional de gênero (GM/PM/PC) no acolhimento das mulheres em situação de violência e vulnerabilidade, observando a diversidade da identidade de gênero (mulheres trans, homens trans).
- Muitos servidores e a população não têm informação atualizada dos atendimentos disponíveis para as mulheres.
- Atendimento precário do poder público.
- O Coletivo Mulheres EIG trouxe a questão da violência no contexto religioso que, atualmente, diante dos parâmetros legais, não é considerada um tipo específico de violência. Relatam que as políticas públicas não contemplam a especificidade da violência nos ambientes religiosos, quando gurus e/ou líderes religiosos, como inclusive já noticiado pela mídia, utilizam de seu "poder" para coagir, usurpar e violentar mulheres.
- Naturalização e banalização da violência contra meninas e mulheres pela reprodução dos estereótipos e opressão de gênero em todas as esferas da sociedade.

Soluções:

- Incorporar o debate sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres nas escolas municipais, com perspectiva de gênero e observando as diversas identidades.

- Criar mecanismos de enfrentamento à violência de gênero no município.
- Ampliar a oferta de formação continuada sobre gênero e os protocolos de atendimento com perspectiva interseccional.
- Incorporar a transversalidade de gênero nos currículos, materiais didáticos e formação continuada de educadoras e educadores.
- Promover debates e audiências públicas sobre o tema.
- Ampliar legislação municipal.
- As mulheres que são vítimas de violência precisam ser acolhidas com mais empatia após a denúncia. Evitar a revitimização.
- Que exista uma rede de apoio integrada.
- Divulgar amplamente os serviços e fluxos disponíveis para as mulheres.
- Delegacia da Mulher 24 horas.
- Agilidade dos processos na Vara Maria da Penha.
- Formação continuada para policiais que atendam mulheres em situações de violência e/ou vulnerabilidade.
- Impedimento de contratação de agressores julgados e condenados pela Lei Maria da Penha.
- A solução apontada pelo Mulheres EIG é criar políticas para que os conselhos estejam atentos a essa realidade e que por meio de coletivos como o delas possam reforçar ações de intervenção para atender este público.
- Investir na educação de educadores(ras), desde a educação básica, para a desconstrução do machismo e do sexismo, para o desenvolvimento de habilidades e promoção de oportunidades de forma igualitária para meninos e meninas (inclusão do tema nas capacitações continuadas).
- Intensificar ações de sensibilização dos profissionais da imprensa sobre a violência contra a mulher em uma perspectiva sobre opressão e desigualdade de gênero.

EIXO 2: Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos

Problemas:

- Mulheres EIG: Com relação aos direitos sexuais reprodutivos, no que tange ao nosso recorte, que é a violência em contextos religiosos, é um grande problema para nós debatermos sobre a descriminalização do aborto, isso porque em algumas doutrinas religiosas fundamentalistas, extremistas, muitas mulheres de fé que fazem parte de contextos religiosos não têm compreensão de que a questão do aborto legal e seguro é uma questão de saúde pública. Assim, este é um grande problema para nós: trazer esta discussão para dentro dos contextos religiosos sem que a fé, a questão doutrinária, criminalize esta a mulher.
- Dificuldade de acesso ao DIU (2X) e laqueadura pelas UBS. Os postos de saúde não disponibilizam todos os métodos contraceptivos, como, por exemplo, o DIU.
- Revitimização das mulheres vítimas de violência sexual.
- Pobreza menstrual.

Soluções:

- Mulheres EIG: O coletivo entende como solução tratar essas questões de violência e de direitos sexuais reprodutivos por meio de palestras, cursos de formação com profissionais de saúde, levar o tema para quebrar o medo e o mito que muitas carregam por achar que isto é pecado em razão de suas doutrinas religiosas. É preciso abordar a questão sob o viés da saúde: o direito reprodutivo, direito sexual das mulheres e a saúde destas mulheres.
- Garantia de hormonização para pessoas trans no ambulatório trans.
- Produzir mecanismos para monitorar os fluxos de atendimento relacionados aos serviços.
- Fortalecer parcerias com órgãos e secretarias responsáveis.
- Distribuir absorventes nas escolas municipais, pessoas em situações de vulnerabilidade social, pessoas com útero beneficiárias de programas de transferência de renda, etc.
- Que exista uma política pública que garanta o direito do método contraceptivo adequado para cada mulher.

EIXO 3: Educação para a diversidade: enfrentamento ao racismo, ao sexismo, à lesbofobia e à transfobia

Problemas:

- Mulheres EIG: Encontramos este problema, neste recorte que fazemos, enquanto mulheres evangélicas que estão juntas na rede e pautando as questões da violência, do racismo, da xenofobia, dentre outras, percebemos que um problema evidente é que nós, enquanto mulheres de fé, cristãs, evangélicas, fazemos uma leitura, fazemos uma hermenêutica de que o Estado é laico, de que racismo é crime, de que xenofobia é crime, o machismo é crime e que tudo isto deve ser pautado através de políticas públicas rígidas e sérias para que as pessoas que cometem essas atrocidades sejam efetivamente punidas no sentido da lei. O problema evidente que aparece é que o respeito à vida e a dignidade humana é para todos. As leis, no Estado laico, são para todos. Todos, todas e todes e que estas pessoas, independente de serem binárias ou serem homoafetivas, transexuais, enfim, pessoas que têm outra opção que não aquilo que a Bíblia Cristã ocidental fala, através de uma hermenêutica equivocada, homem e mulher, que estas pessoas também têm direito, tanto diante de Deus como diante das leis que foram instituídas pelos seres humanos. Isto é um problema que a gente enfrenta: a ignorância por parte das pessoas de acreditarem que essas pessoas que não se autodeclaram homem ou mulher e que se declaram homoafetivas, transexuais ou pansexuais, que estas pessoas não dignas de direitos. É um problema que enfrentamos, as leis precisam garantir que inclusive essas pessoas não tenham que passar por situações constrangedoras em suas comunidades de fé.
- Não existência de uma instância (órgão ou serviço) no âmbito das políticas públicas para recebimento de denúncias de violência, discriminação por razão de gênero, raça, etnia.
- Ausência de políticas públicas de proteção e apoio às pessoas LGBT.

Soluções:

- Mulheres EIG: Trabalhar na perspectiva do Estado laico, com garantia de direito para todos, todas e todes.
- Fortalecimento da gestão de promoção de igualdade racial com equipe de recursos humanos, estrutura física e orçamento.

- Criação de um comitê intersetorial, no âmbito do Executivo Municipal, para implementação de políticas LGBT.

EIXO 4: Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho com inclusão social

Problemas:

- Desemprego e poucas oportunidades para inserção e manutenção das mulheres no mercado formal de trabalho.

- Mulheres EIG: as estatísticas mostram que as mulheres, ainda, na grande maioria das áreas do mercado de trabalho, não ganham igual aos homens. E se você for pegar a mulher dentro do contexto religioso, muito menos. Algumas trabalham como pastoras e não recebem para isto. Os pastores recebem e elas não recebem. As freiras muitas delas também no contexto católico e por ai vai. Essa é uma questão geral que nos atravessa, enquanto coletivo EIG, mas também os demais coletivos e momentos pois, os dados estatísticos ainda estão mostrando que as mulheres ganham bem menos que os homens no mercado de trabalho.

Soluções:

- Políticas públicas de qualificação das mulheres para inserção no mundo do trabalho.

EIXO 5: Transversalidade e gestão das políticas públicas para as mulheres

Problemas:

- Mulheres EIG: coloca que a política deve ser transversal, que precisamos atuar com outros parceiros em qualquer tipo de enfrentamento, pois a discussão de gênero não é pautada. Exemplifica a especificidade da questão da mobilidade da mulher. Há espaços públicos em que a mulher não pode ir, não consegue caminhar em segurança, como em praças ou à noite, ficar em um ponto de ônibus com seus filhos em certos bairros, pois não há segurança, acontecendo a dificuldade inclusive nos espaços públicos.

- Ausência da perspectiva de gênero nas políticas públicas setoriais.

Soluções:

- Mulheres EIG: As Políticas e todas as Secretarias precisam ter uma lente e discutir a partir da questão de gênero e nunca vamos conseguir avanços significativos, por isso é preciso trabalhar na transversalidade.

- Fundamental o diálogo, articulação das políticas públicas na perspectiva de gênero. Capacitação dos profissionais das políticas de Assistência, Educação, Saúde, Habitação, para que as demais políticas públicas incorporem esta perspectiva na execução das ações.

- Realizar atividades (cursos, seminários) de informação e sensibilização de servidores(as) e gestores(as) sobre o tema da perspectiva de gênero em todas as políticas públicas.



Realização:

Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres (CMDM)
Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SMPM)

Apoio:

Prefeitura de Londrina
Mulheres Construindo Democracia / UEL
Sesc Londrina Norte